

STMC é contra qualquer forma de terceirização!

As Organizações Sociais são pessoas jurídicas que se relacionam com o Governo, através de “contratos de gestão”, os recursos utilizados são pagos pelo governo, ou seja, na realidade estamos às voltas da Terceirização do serviço público, infiltrada com uma “nova roupagem”.

O que se pretende com instalação das Organizações Sociais em Campinas?

Trata-se de uma reforma que materializa a proposta neoliberal que se tem no país, direcionada para a mercantilização da prestação do serviço público.

As OSs seriam administradas com o dinheiro público, contudo, ficariam isentas de terem suas despesas reguladas pelas normas dos recursos públicos.

Dessa forma, deixa de haver o controle social, isso porque, passariam a ser reguladas através de um “contrato de gestão com o poder público”, o seu funcionamento seria fiscalizado só pelo governo municipal.

Esse mesmo projeto neoliberal foi rejeitado pela Câmara, pelos trabalhadores e pela população, durante a malfadada gestão de Hélio de Oliveira Santos.

Será que o Governo Jonas Donizette irá seguir o mesmo exemplo?

Esse ano, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), reprovou a prestação de contas do convênio da SPDM (Associação Paulista para Desenvolvimento da Medicina) com a Prefeitura, durante o período 2010-2011, isso porque, o Município descumpriu as determinações do acordo feito com o Ministério Público Federal.

As razões para a reprovação das contas foram várias, dentre elas: Termo de convênio, contradição na prestação de contas sobre o dinheiro repassado pela Prefeitura à Associação; funcionários públicos trabalhando na unidade médica sem o controle da SPDM; a não observação do princípio contábil da administradora e ainda o não cumprimento do plano de trabalho estabelecido no contrato do convênio.

Campinas segue os passos de outros governos, que implantaram essa manobra maquiavélica de gestão.



Diga NÃO às OSs!

Contra a privatização e em defesa do Serviço Público

As administrações das OSs têm sido um desastre, depoimentos de trabalhadores e noticiários na imprensa vem mostrando a realidade desses serviços. Vejamos alguns exemplos:

Em São Paulo: no dia 11/05 de 2010, a Receita Federal, a Controladoria Geral e a Polícia Federal, fizeram uma operação contra o desvio de dinheiro público, a Polícia Federal descobriu que uma OS teve um faturamento de R\$ 1 Bilhão em 5 anos, desse montante, houve um desvio de R\$ 300 milhões que favoreceram pessoas e empresas que participaram do projeto que envolveu a “parceria” com o poder público.

Essas irregularidades ocorrem também camufladas nas compras de equipamentos e fraudes trabalhistas.

O dinheiro destinado para as Organizações Sociais que atuam na Saúde em São Paulo saltou de R\$ 626,2 milhões para aproximadamente R\$ 2 bilhões em 2009, um crescimento em torno de 200%. Esse dinheiro público é colocado nas organizações privadas (OSs) sem passar por licitações, sem transparência e sem controle social.

Um grupo de empresários da construção civil criou uma empresa, a denominou como “Organização Social” e ganhou o direito de administrar postos de saúde no município. No entanto, com a verba repassada pela prefeitura, contratou uma empresa do filho de um dos diretores para prestar serviços.

Bahia: Os Ministérios Públicos Estadual e Federal, ajuizaram ações civis públicas que deram um prejuízo de R\$ 11 milhões, com relação aos contratos na terceirização da saúde. Um exemplo dessa má gestão é o Hospital Evangélico, que foi denunciado por irregularidades no contrato. Segundo informações do MP, a entidade recebeu mais de R\$ 2,6 milhões para implantar a estrutura em um centro de saúde. Porém, não há comprovação da conclusão da obra.

Rio Grande do Norte: A OS (Instituto Pernambucano de Assistência a Saúde) foi contratada para gerir os serviços de saúde nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA). Os movimentos sociais e o Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Natal (Sinsenat) fizeram a denúncia e entraram na justiça pedindo anulação do contrato.

Rio de Janeiro: A Secretaria Estadual de Saúde, com investimento de R\$ 500 milhões, gastou 13,7% desse dinheiro com compras feitas sem licitação, usando o pretexto de que eram “emergenciais”, pagando um preço mais alto pelos medicamentos.

Esses são exemplos claros de que as OSs são a porta de entrada para a corrupção!

De olho no que pode acontecer!

O CAMPREV tem seu sistema contributivo para os concursados (Regime Estatutário) e distributivos para quando se aposentarem. Nesta afirmação, o servidor contribuinte tem sido gravemente prejudicado com a forma de contratação como: Organização Social (Oss), Comissionados e Terceirizados, que NÃO CONTRIBUEM PARA O CAMPREV, mas sim para o INSS!

Esse tipo de contrato (regime CLT) firmado pelo Governo causa um impacto negativo. Se essa política for adotada, a nossa aposentadoria poderá estar ameaçada, e o governo estará bem longe, assistindo de camarote o caos que instalou.

